v7.n10.2026

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

KARL MARX, AS CONTRADIÇÕES DO CAPITAL E A CRISE DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: TRABALHO, COLONIZAÇÃO, NATUREZA E PLATAFORMAS DIGITAIS

KARL MARX, THE CONTRADICTIONS OF CAPITAL, AND THE CRISIS OF CONTEMPORARY CAPITALISM: LABOR, COLONIALISM, NATURE, AND DIGITAL PLATFORMS

KARL MARX, LAS CONTRADICCIONES DEL CAPITAL Y LA CRISIS DEL CAPITALISMO CONTEMPORÁNEO: TRABAJO, COLONIZACIÓN, NATURALEZA Y PLATAFORMAS DIGITALES

Eduardo Figueiredo[1], Gustavo Bonin Gava[1], Paulo Maurício Goulart Valente[2], Kleciane Nunes Maciel[3], Luciana Lima Domingues de Souza[4], Sumara Alecrim[5], Ana Carolina Teixeira[6]

e7109236
https://doi.org/10.47820/recima21.v7i10.9236

PUBLICADO: 10/2026

RESUMO

Este artigo investiga as contradições do capitalismo contemporâneo a partir da crítica da economia política desenvolvida por Karl Marx, tomando como referências centrais *Teorias da mais-valia* e os escritos reunidos em *Capitalismo e colonização: extratos e notas: Londres, 1851*. O argumento central sustenta que a atualidade de Marx não reside na aplicação mecânica de categorias formuladas no século XIX à realidade atual, mas na capacidade de sua crítica de compreender o capitalismo como uma relação social historicamente determinada, estruturada pela valorização do valor, exploração do trabalho, concentração e centralização do capital e expansão permanente de suas fronteiras sociais e materiais. A partir dessa perspectiva, o artigo estabelece diálogo com David Harvey, Ruy Mauro Marini, István Mészáros, Nancy Fraser, Silvia Federici e Jason W. Moore, buscando interpretar quatro dimensões da crise contemporânea: crise climática, permanência das guerras e das relações de poder na economia mundial, precarização e transformação do trabalho e concentração econômica produzida pelas plataformas digitais. Argumenta-se que essas dimensões não constituem fenômenos isolados, mas expressam tensões relacionadas à própria dinâmica de reprodução do capital. Ao mesmo tempo, sustenta-se que a crítica marxiana precisa ser ampliada por debates contemporâneos sobre reprodução social, ecologia, colonialidade, dependência e tecnologia. Conclui-se que pensar alternativas ao capitalismo exige mais do que redistribuir os resultados da produção, requerendo discutir a própria finalidade da produção, as formas de propriedade, o controle sobre a tecnologia, a organização do trabalho e os limites ecológicos da reprodução social.

PALAVRAS-CHAVE: Karl Marx. Crítica da economia política. Capitalismo contemporâneo. Trabalho. Crise ecológica. Plataformas digitais. Colonização. Desigualdade.

ABSTRACT

This article investigates the contradictions of contemporary capitalism from the perspective of Karl Marx's critique of political economy, drawing primarily on Theories of Surplus Value and the

[1] Universidade Estadual de Campinas, doutor pela UNICAMP.
[2] Universidade de Brasília, graduado pela UNB.
[3] Universidade Federal de São Carlos, mestre pela UFSCAR.
[4] Pontifícia Universidade Católica de Campinas, mestre pela PUC.
[5] Universidade Federal de São Carlos, mestre pela UFSCAR.
[6] Centro Universitário Claretiano, graduada pela CEUCLAR.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

writings collected in Capitalism and Colonization: Excerpts and Notes: London, 1851. Its central argument is that Marx's continuing relevance does not lie in the mechanical application of categories formulated in the nineteenth century to contemporary reality, but rather in the capacity of his critique to understand capitalism as a historically determined social relation, structured by the valorization of value, the exploitation of labor, the concentration and centralization of capital, and the permanent expansion of its social and material frontiers. From this perspective, the article engages in dialogue with David Harvey, Ruy Mauro Marini, István Mészáros, Nancy Fraser, Silvia Federici, and Jason W. Moore in order to interpret four dimensions of the contemporary crisis: the climate crisis, the persistence of wars and power relations within the global economy, the precarization and transformation of labor, and the economic concentration generated by digital platforms. It argues that these dimensions do not constitute isolated phenomena but rather express tensions associated with the very dynamics of capital reproduction. At the same time, the article argues that the Marxian critique needs to be expanded through contemporary debates on social reproduction, ecology, coloniality, dependency, and technology. It concludes that thinking about alternatives to capitalism requires more than redistributing the outcomes of production; it requires addressing the very purpose of production, forms of ownership, control over technology, the organization of labor, and the ecological limits of social reproduction.

KEYWORDS: *Karl Marx. Critique of Political Economy. Contemporary Capitalism. Labor. Ecological Crisis. Digital Platforms. Colonization. Inequality.*

RESUMEN

Este artículo investiga las contradicciones del capitalismo contemporáneo a partir de la crítica de la economía política desarrollada por Karl Marx, tomando como referencias centrales Teorías de la plusvalía y los escritos reunidos en Capitalismo y colonización: extractos y notas: Londres, 1851. El argumento central sostiene que la actualidad de Marx no reside en la aplicación mecánica de categorías formuladas en el siglo XIX a la realidad contemporánea, sino en la capacidad de su crítica para comprender el capitalismo como una relación social históricamente determinada, estructurada por la valorización del valor, la explotación del trabajo, la concentración y centralización del capital y la expansión permanente de sus fronteras sociales y materiales. Desde esta perspectiva, el artículo establece un diálogo con David Harvey, Ruy Mauro Marini, István Mészáros, Nancy Fraser, Silvia Federici y Jason W. Moore, con el propósito de interpretar cuatro dimensiones de la crisis contemporánea: la crisis climática, la persistencia de las guerras y de las relaciones de poder en la economía mundial, la precarización y transformación del trabajo y la concentración económica producida por las plataformas digitales. Se sostiene que estas dimensiones no constituyen fenómenos aislados, sino que expresan tensiones vinculadas con la propia dinámica de reproducción del capital.

Al mismo tiempo, se sostiene que la crítica marxiana debe ampliarse mediante los debates contemporáneos sobre reproducción social, ecología, colonialidad, dependencia y tecnología. Se concluye que pensar alternativas al capitalismo exige más que redistribuir los resultados de la producción; requiere discutir la propia finalidad de la producción, las formas de propiedad, el control sobre la tecnología, la organización del trabajo y los límites ecológicos de la reproducción social.

PALABRAS CLAVE*: Karl Marx. Crítica de la Economía Política. Capitalismo Contemporáneo. Trabajo. Crisis Ecológica. Plataformas Digitales. Colonización. Desigualdad.*

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

INTRODUÇÃO

Há uma espécie de paradoxo na relação contemporânea com Karl Marx. De um lado, o mundo no qual Marx escreveu não existe mais, pois o capitalismo industrial europeu do século XIX foi profundamente transformado pela financeirização, internacionalização das cadeias produtivas, expansão do setor de serviços, revolução tecnológica e digitalização da economia. De outro, muitas das perguntas formuladas por Marx continuam presentes na sociedade contemporânea.

Quem controla os meios de produção? Quem controla a riqueza produzida socialmente? Como o trabalho é organizado? De onde provém o lucro? Por que o aumento da produtividade não elimina necessariamente a pobreza? Como a riqueza pode crescer enquanto aumenta a insegurança econômica de parcelas da população? Essas questões permanecem relevantes porque dizem respeito à própria organização social da produção e da distribuição da riqueza (MARX, 1983).

Essas perguntas conferem à obra de Marx uma atualidade que não deve ser confundida com a ideia de que ele teria antecipado todos os fenômenos do século XXI. A questão mais produtiva é compreender o que existe na estrutura conceitual de sua crítica que ainda permite interpretar o capitalismo, mesmo depois de suas profundas transformações históricas (HARVEY, 2014).

Essa problemática torna-se particularmente importante porque o capitalismo contemporâneo apresenta grande capacidade de modificar suas formas de funcionamento sem necessariamente abandonar seus fundamentos. A fábrica não desapareceu, mas deixou de ser o único espaço privilegiado da produção; o trabalhador industrial continua existindo, mas convive com trabalhadores terceirizados, informais, temporários, autônomos e vinculados a plataformas digitais (ANTUNES, 2018).

O capital industrial continua decisivo, mas articula-se cada vez mais com capital financeiro, tecnológico e informacional. A mercadoria permanece central, mas dados, atenção, conhecimento e relações sociais também passaram a ser incorporados aos processos de valorização. O problema, portanto, não é saber simplesmente se o capitalismo mudou, mas compreender como essas mudanças preservam, deslocam ou aprofundam contradições já presentes em sua estrutura (HARVEY, 2014).

É nesse ponto que os manuscritos de 1861-1863, posteriormente publicados como *Teorias da mais-valia*, adquirem importância. Neles, Marx desenvolve extensa crítica das categorias da economia política clássica e procura reconstruir teoricamente os limites das

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

interpretações de autores como Adam Smith e David Ricardo. O interesse desses manuscritos ultrapassa a história do pensamento econômico, pois permite acompanhar o desenvolvimento da crítica marxiana da economia política (MARX, 1980).

É importante também esclarecer a expressão “volume IV”. Ela não designa um quarto volume de *O Capital* publicado por Marx em vida nos mesmos moldes dos demais livros, mas uma denominação posteriormente utilizada para os manuscritos relacionados à história crítica das teorias da mais-valia. A edição brasileira de *Teorias da mais-valia* foi publicada pela Difel em diferentes volumes (MARX, 1980).

Outra dimensão fundamental encontra-se em *Capitalismo e colonização: extratos e notas: Londres, 1851*. A publicação reúne excertos e notas de estudo de Marx sobre obras consultadas durante sua pesquisa na Biblioteca Britânica, permitindo observar seu interesse por sociedades não europeias, colonialismo e formação histórica do capitalismo mundial. A edição brasileira foi publicada pela Editora da UFSC, constituindo uma fonte importante para o debate contemporâneo sobre capitalismo e colonização (MARX, 2025).

A partir dessas referências, este artigo sustenta a hipótese de que as crises contemporâneas do capitalismo podem ser compreendidas como manifestações diferenciadas de uma tensão estrutural entre a necessidade de expansão da valorização do capital e as condições sociais, ecológicas e históricas que tornam essa valorização possível (MÉSZÁROS, 2002).

Essa hipótese não significa reduzir a crise climática, as guerras, a precarização do trabalho ou a concentração digital a uma única causa econômica. Esses fenômenos possuem determinações específicas e devem ser analisados em sua relativa autonomia. O argumento consiste em afirmar que eles podem ser compreendidos de maneira mais ampla quando relacionados às formas pelas quais o capital organiza produção, propriedade, trabalho, tecnologia, natureza e reprodução social (FRASER, 2022).

O objetivo geral deste artigo é analisar a atualidade da crítica marxiana diante das transformações do capitalismo contemporâneo. Para isso, busca-se compreender a contribuição de *Teorias da mais-valia*, discutir a relação entre capitalismo, colonização e mercado mundial, analisar a crise ecológica, investigar as transformações do trabalho e compreender a concentração econômica produzida pelas plataformas digitais.

Mais do que demonstrar que Marx estaria simplesmente “certo” ou “errado”, interessa compreender aquilo que sua teoria permite enxergar e, igualmente, aquilo que exige complementação diante da realidade atual. Dessa forma, o artigo procura combinar fidelidade conceitual à tradição marxiana com diálogo crítico com autores contemporâneos.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

Um dos méritos fundamentais da crítica de Marx consiste em começar por uma forma social aparentemente simples: a mercadoria. Ela parece ser apenas um objeto produzido para ser vendido, mas, quando Marx investiga sua estrutura, demonstra que ela expressa relações sociais muito mais complexas (MARX, 1983). A mercadoria possui utilidade, mas, no capitalismo, também possui valor. Essa dupla dimensão permite compreender que a produção capitalista não está orientada simplesmente para satisfazer necessidades humanas, mas está organizada por relações de troca e, sobretudo, pela valorização do capital (MARX, 1983).

Essa distinção é fundamental para compreender o presente. Uma sociedade pode possuir capacidade técnica para produzir alimentos suficientes e, simultaneamente, manter pessoas em situação de insegurança alimentar; pode possuir capacidade produtiva para construir moradias e, ao mesmo tempo, apresentar pessoas sem acesso adequado à habitação.

A existência de uma necessidade não garante sua transformação em demanda econômica. Em uma economia organizada pela mercadoria, o acesso aos bens depende, em grande medida, da capacidade de participar do mercado e de realizar economicamente a demanda (MARX, 1983). A contribuição de Marx consiste, portanto, em distinguir riqueza social de riqueza sob a forma capitalista. Uma sociedade pode tornar-se tecnicamente mais rica enquanto parcelas significativas da população permanecem economicamente vulneráveis, demonstrando que capacidade produtiva e bem-estar social não são necessariamente equivalentes.

Essa contradição reaparece atualmente em novas formas. A inteligência artificial amplia a capacidade de processamento de informações, a automação aumenta a produtividade, a biotecnologia expande possibilidades médicas e as plataformas conectam bilhões de pessoas, mas a ampliação da capacidade técnica não determina automaticamente uma distribuição socialmente equilibrada de seus benefícios. A técnica produz possibilidades, mas as relações sociais determinam como essas possibilidades são apropriadas. Por isso, a discussão sobre desenvolvimento tecnológico não pode ser separada da discussão sobre propriedade, poder econômico e finalidade social da produção (MÉSZÁROS, 2002).

A crítica marxiana torna-se mais profunda quando passa da circulação para a produção. Se o capitalista compra força de trabalho pelo seu valor e vende a mercadoria pelo valor correspondente, surge a questão de saber de onde provém a mais-valia (MARX, 1980). A resposta de Marx depende da distinção entre trabalho e força de trabalho. O trabalhador vende

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

sua capacidade de trabalhar durante determinado período, enquanto o valor dessa força de trabalho está relacionado às condições necessárias para sua reprodução (MARX, 1983).

Entretanto, durante a jornada, o trabalhador pode produzir um valor superior àquele necessário para reproduzir sua própria força de trabalho. É nesse intervalo que se encontra a produção da mais-valia, conceito central para compreender a especificidade da exploração capitalista (MARX, 1983). A importância desse argumento vai além da explicação do lucro empresarial. Ele demonstra que a exploração não depende necessariamente de uma fraude ou desigualdade explícita na troca, pois o trabalhador pode ser juridicamente livre e ainda assim participar de uma relação estruturalmente assimétrica.

Essa questão torna-se especialmente importante quando observamos o trabalho contemporâneo. Um motorista de aplicativo pode escolher quando se conectar, um entregador pode decidir quando trabalhar e um freelancer digital pode aceitar ou rejeitar determinadas tarefas, mas essas formas de autonomia não eliminam necessariamente relações de dependência econômica (ANTUNES, 2018). O trabalhador continua dependente da renda proporcionada pelo trabalho, enquanto a plataforma controla a infraestrutura necessária à intermediação. Algoritmos podem determinar preços, distribuição de tarefas, avaliações e incentivos, criando formas de controle que não correspondem exatamente à figura tradicional do patrão.

A Organização Internacional do Trabalho também identifica transformações persistentes nos mercados de trabalho, incluindo informalidade, desigualdades e dificuldades de criação de trabalho decente em diferentes regiões do mundo (OIT, 2025). Surge, assim, uma forma paradoxal de controle: quanto mais a relação de trabalho parece individualizada, mais invisíveis podem tornar-se as estruturas que a organizam. A figura tradicional do empregador pode desaparecer da experiência cotidiana sem que desapareça necessariamente o poder empresarial.

Por isso, uma questão central para a teoria crítica contemporânea consiste em compreender como a gestão algorítmica reorganiza relações de trabalho e exploração. Não basta perguntar se determinado trabalhador é formalmente empregado ou autônomo; é necessário investigar quem controla as condições materiais e tecnológicas de sua atividade. A acumulação capitalista não significa simplesmente que indivíduos se tornam mais ricos. Ela envolve a reprodução ampliada das relações de produção, na medida em que o capital que retorna ao processo produtivo pode ampliar a escala da acumulação e fortalecer os capitais capazes de realizar novos investimentos (MARX, 1983).

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Marx identifica nesse movimento tendências à concentração e à centralização do capital. A concentração ocorre quando capitais individuais ampliam sua escala, enquanto a centralização ocorre quando capitais existentes são reunidos em unidades maiores, inclusive por meio de fusões, aquisições e incorporações (MARX, 1983). Esse movimento encontra expressão significativa nas plataformas digitais. Grandes empresas tecnológicas podem controlar ecossistemas envolvendo publicidade, comércio eletrônico, computação em nuvem, inteligência artificial, sistemas operacionais, meios de pagamento e armazenamento de dados. O poder econômico, nesse contexto, não depende apenas do tamanho da empresa, mas também de sua capacidade de ocupar posições estratégicas dentro das infraestruturas utilizadas pela sociedade. A plataforma pode funcionar como uma infraestrutura privada de acesso ao mercado.

Surge então uma questão que Marx não poderia ter formulado exatamente nesses termos, mas que sua teoria permite colocar: o que ocorre quando os meios de produção passam a incluir infraestruturas digitais indispensáveis à circulação econômica? A propriedade dos meios de produção assume formas diferentes, mas a questão da propriedade permanece central. Dados, algoritmos, sistemas computacionais, patentes e redes digitais podem constituir ativos estratégicos capazes de concentrar poder econômico (HARVEY, 2014).

Uma leitura rigorosa de Marx não pode reduzir sua análise ao capitalismo europeu isoladamente. *Capitalismo e colonização* é importante porque reúne materiais que demonstram seu interesse por sociedades não europeias e pelos processos históricos de expansão colonial (MARX, 2025). A colonização não pode ser entendida apenas como uma política externa dos Estados europeus. Ela esteve relacionada à expansão econômica, apropriação de territórios, exploração de recursos e criação de mercados, embora suas dimensões políticas, culturais e sociais não possam ser reduzidas exclusivamente à economia.

Isso não significa afirmar que o capitalismo seja simplesmente consequência do colonialismo ou que todos os fenômenos coloniais possam ser explicados pelo capital. A relação histórica é mais complexa e envolve diferentes formas de poder, dominação e transformação social. O ponto fundamental consiste em perceber que a formação do mercado mundial esteve relacionada a relações profundamente desiguais. Essa questão torna-se especialmente importante quando o olhar é deslocado para a América Latina e para a formação histórica de economias dependentes (MARINI, 2017).

Ruy Mauro Marini argumenta que a dependência latino-americana não deve ser interpretada simplesmente como atraso em relação aos países centrais. Ela constitui uma forma específica de inserção na economia mundial, caracterizada por relações assimétricas e mecanismos particulares de transferência de valor (MARINI, 2017). A categoria de dependência

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

permite, portanto, corrigir interpretações simplificadas da história do capitalismo mundial. Não existe um capitalismo homogêneo distribuído igualmente pelo planeta, mas posições diferenciadas dentro de uma economia mundial hierarquizada.

Essa estrutura também ajuda a compreender a atual divisão internacional do trabalho. A extração de minerais necessários à transição energética pode ocorrer em regiões periféricas, enquanto segmentos mais lucrativos da cadeia permanecem concentrados em centros que controlam tecnologia, financiamento, processamento e propriedade intelectual (UNCTAD, 2024). A transição ecológica pode, assim, reproduzir relações históricas de dependência caso não sejam enfrentadas as estruturas internacionais de propriedade, comércio, financiamento e controle tecnológico.

É possível compreender a crise climática como um problema ambiental, mas essa definição é insuficiente. A crise climática também é uma crise econômica, social e política, pois envolve as condições materiais de reprodução das sociedades e os conflitos em torno da utilização dos recursos naturais (MOORE, 2015). A produção capitalista depende da natureza, mas frequentemente trata suas condições de reprodução como se fossem externas ao processo econômico. Água, solo, florestas, minerais, energia e estabilidade climática são condições da produção, embora seus custos possam ser transferidos para a sociedade e para as gerações futuras (MOORE, 2015).

Aqui encontramos uma possibilidade importante de diálogo entre Marx e a ecologia contemporânea. Jason W. Moore propõe compreender o capitalismo não simplesmente como um sistema econômico inserido em uma natureza externa, mas como uma forma histórica de organizar conjuntamente natureza, trabalho, produção e poder (MOORE, 2015). Essa formulação rompe com uma separação rígida entre sociedade e natureza. O capitalismo não existe fora da natureza, pois depende de suas condições materiais, mas sua dinâmica de expansão pode degradar as próprias condições ecológicas necessárias à reprodução social. A contradição aparece claramente: o capital busca expandir a produção e reduzir custos, enquanto a natureza impõe limites materiais que não podem ser negociados indefinidamente. Não existe mecanismo econômico capaz de produzir indefinidamente recursos naturais ou restaurar automaticamente ecossistemas destruídos.

Isso não significa defender que todo crescimento econômico seja necessariamente destrutivo. A questão consiste em perguntar qual crescimento, para quem, com que finalidade, sob quais condições sociais e dentro de quais limites ecológicos. A economia digital demonstra inclusive que a tecnologia não é imaterial. A UNCTAD destaca a dependência da digitalização

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

em relação a matérias-primas, energia, água e infraestrutura física, além dos impactos ambientais associados à produção e descarte de equipamentos (UNCTAD, 2024).

Nesse sentido, a crise ambiental não deve ser tratada apenas como uma externalidade econômica. Ela questiona a própria maneira pela qual a sociedade define riqueza, eficiência, desenvolvimento e progresso (FRASER, 2022). Uma das limitações de determinadas leituras economicistas do marxismo consiste em concentrar-se exclusivamente na produção de mercadorias. Entretanto, a reprodução da sociedade depende de atividades que não são necessariamente realizadas diretamente pelo mercado (FRASER, 2022). Quem cuida das crianças? Quem cuida dos idosos? Quem prepara alimentos? Quem realiza o trabalho doméstico? Quem mantém as condições sociais e afetivas necessárias para que os trabalhadores possam retornar diariamente ao mercado de trabalho?

Silvia Federici demonstrou a importância de compreender historicamente o trabalho reprodutivo, especialmente o trabalho doméstico realizado pelas mulheres. Para a autora, a reprodução social deve ser considerada elemento fundamental para compreender a formação histórica do capitalismo (FEDERICI, 2017). Nancy Fraser, por sua vez, desenvolve uma interpretação das crises do capitalismo que incorpora reprodução social, natureza e poder político. Sua contribuição permite compreender que a acumulação depende de condições sociais que o próprio capital tende a pressionar e desestabilizar (FRASER, 2022).

Essa ampliação é fundamental porque o capital depende de condições que não produz diretamente. A família, a comunidade, os serviços públicos, os ecossistemas e os trabalhos de cuidado contribuem para a reprodução da sociedade. Existe, portanto, uma tensão permanente. O capital busca reduzir custos, mas determinados custos não podem simplesmente ser eliminados, pois alguém precisa cuidar das pessoas, reproduzir a vida e manter as condições sociais da produção. Quando serviços públicos são reduzidos, salários permanecem insuficientes ou jornadas de trabalho se intensificam, parte dos custos da reprodução social pode ser deslocada para as famílias. Esse processo frequentemente produz efeitos desiguais sobre homens e mulheres (FEDERICI, 2017; FRASER, 2022).

A crise da reprodução social é, assim, também uma crise relacionada à organização do tempo. O tempo necessário para produzir mercadorias pode ser contabilizado economicamente, enquanto o tempo necessário para cuidar da vida permanece frequentemente tratado como privado. Essa distinção não é natural. Ela é socialmente construída e, justamente por isso, pode ser questionada e transformada. Seria metodologicamente inadequado explicar as guerras contemporâneas exclusivamente pelo capitalismo. Os conflitos possuem dimensões históricas,

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

territoriais, políticas, culturais e estratégicas que não podem ser reduzidas a uma única determinação econômica.

Entretanto, também seria inadequado retirar completamente a economia da análise. A guerra exige recursos, infraestrutura, energia, tecnologia, indústria e financiamento, produzindo consequências econômicas profundas tanto durante os conflitos quanto nos períodos posteriores. A economia mundial também é estruturada por relações de poder entre Estados, empresas e territórios. Mészáros contribui para pensar essa dimensão ao analisar o sistema do capital para além da esfera estritamente econômica e ao relacioná-lo às instituições políticas e sociais necessárias à sua reprodução (MÉSZÁROS, 2002).

A militarização, nesse sentido, não deve ser reduzida à existência de empresas produtoras de armamentos. Ela envolve relações mais amplas entre Estados, indústria, tecnologia, energia, infraestrutura, segurança e poder internacional. Os dados mais recentes do SIPRI mostram que a despesa militar mundial alcançou aproximadamente US$ 2,887 trilhões em 2025, com crescimento real de 2,9% em relação a 2024 e elevação pelo décimo primeiro ano consecutivo (SIPRI, 2026). Esses dados não demonstram, por si mesmos, uma relação causal entre capitalismo e guerra. Eles permitem, porém, dimensionar a quantidade de recursos econômicos mobilizados mundialmente para atividades militares e ajudam a contextualizar o debate sobre prioridades econômicas e políticas.

A questão não consiste em afirmar que recursos militares poderiam simplesmente ser transferidos para outras áreas, ignorando conflitos e interesses internacionais. O problema teórico consiste em investigar quais prioridades sociais e políticas orientam a utilização da riqueza produzida coletivamente. Outro elemento indispensável para compreender o capitalismo contemporâneo é a financeirização. O capital financeiro não substituiu completamente a produção, mas passou a articular-se de maneira cada vez mais estreita com atividades industriais, comerciais, tecnológicas e estatais (HARVEY, 2014).

Empresas produtivas dependem dos mercados financeiros, Estados dependem de crédito e famílias recorrem ao financiamento para acessar moradia, educação, transporte e outros bens. Dessa maneira, relações econômicas fundamentais podem assumir cada vez mais frequentemente a forma de dívida. A dívida transforma rendimentos futuros em recursos disponíveis no presente. O trabalhador não precisa apenas vender sua força de trabalho, mas pode também comprometer rendimentos futuros para acessar bens e serviços necessários à reprodução da vida.

A financeirização amplia, assim, a esfera em que relações sociais podem ser organizadas por mecanismos financeiros. A renda futura passa a ser incorporada aos cálculos

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

econômicos presentes, tornando o endividamento um componente relevante da vida social. Harvey observa que as contradições do capitalismo podem ser deslocadas espacial e temporalmente. O capital encontra mecanismos para adiar ou transferir determinadas tensões, mas deslocar uma contradição não significa eliminá-la (HARVEY, 2014). Ela pode reaparecer em outra escala, em outro território ou sob outra forma. A crise pode ser deslocada para o endividamento, para a precarização do trabalho, para a periferia do sistema, para o meio ambiente ou para as gerações futuras. A plataforma digital reúne diversas tendências discutidas anteriormente. Ela pode funcionar simultaneamente como infraestrutura tecnológica, intermediária de mercado, mecanismo de gestão do trabalho, proprietária de dados, sistema de publicidade, instrumento de classificação e fonte de acumulação.

Uma das características mais importantes é que a plataforma não precisa possuir todos os ativos físicos utilizados pelos trabalhadores para exercer poder econômico sobre eles. Uma empresa de transporte pode não possuir a maior parte dos veículos; uma plataforma de hospedagem pode não possuir os imóveis; uma plataforma de entrega pode não possuir restaurantes. Ainda assim, essas empresas podem controlar o acesso ao mercado, organizar informações, definir regras de participação e estabelecer condições para a realização das transações. A propriedade dos meios de produção, nesse contexto, assume formas menos visíveis.

A infraestrutura pode ser física, mas também pode ser digital. O algoritmo pode funcionar como mecanismo de coordenação, o banco de dados como ativo estratégico, a rede de usuários como barreira à entrada de concorrentes e a marca como mecanismo de concentração da demanda. A plataforma constitui, assim, uma forma contemporânea de organização econômica que combina tecnologia, propriedade intelectual, dados, infraestrutura e capacidade de intermediação (ANTUNES, 2018; HARVEY, 2014).

A própria economia digital possui uma dimensão material significativa. A UNCTAD demonstra que a expansão digital depende de matérias-primas, equipamentos, energia, água e infraestrutura, evidenciando que o chamado mundo virtual permanece profundamente conectado às condições materiais da produção (UNCTAD, 2024). O debate sobre plataformas exige evitar dois extremos: afirmar que o algoritmo eliminou o trabalho ou afirmar que nada mudou. Ambas as posições são insuficientes, pois o que mudou de maneira significativa foi a forma de mediação entre trabalhadores, empresas, consumidores e mercado (ANTUNES, 2018).

Na fábrica clássica, o trabalhador encontrava o supervisor, o relógio, a linha de montagem e a disciplina espacial. Na plataforma, parte dessas funções pode ser incorporada ao software, por meio de sistemas de avaliação, distribuição de tarefas, cálculo de preços e criação

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

de incentivos. O trabalhador pode sentir-se livre porque não existe necessariamente um chefe fisicamente presente. Entretanto, sua atividade continua estruturada por uma arquitetura tecnológica sobre a qual possui pouco controle. Isso produz uma transformação importante: o controle torna-se menos pessoal e mais infraestrutural. A ausência de uma autoridade visível não significa necessariamente ausência de poder organizacional.

Essa realidade exige que a análise contemporânea ultrapasse a simples classificação jurídica entre emprego e trabalho autônomo. É necessário investigar quem controla as condições materiais, tecnológicas e econômicas que tornam determinada atividade possível (ANTUNES, 2018). A economia digital introduz ainda um novo problema: a transformação dos dados em fonte de poder econômico. Dados são produzidos continuamente pelas atividades humanas, pois pesquisas, compras, deslocamentos, interações e publicações podem gerar informações posteriormente processadas por empresas.

Entretanto, quem produz o dado não necessariamente controla sua utilização. A pessoa produz informação, a plataforma coleta, o algoritmo processa e a empresa pode transformar o resultado em vantagem econômica. Surge, então, uma questão de natureza marxiana: se o trabalho e a atividade social produzem informações que podem ser apropriadas privadamente, quem deveria controlar os resultados dessa produção? A questão torna-se ainda mais relevante diante da inteligência artificial. Os sistemas contemporâneos dependem de infraestrutura computacional, dados, energia, trabalho especializado e investimentos financeiros significativos, o que pode contribuir para novas formas de concentração tecnológica. Não basta possuir um computador para participar dos segmentos mais avançados da economia da inteligência artificial. É necessário acesso a capacidade computacional, grandes volumes de dados, infraestrutura, capital e conhecimento especializado.

A promessa de democratização tecnológica convive, portanto, com tendências de concentração. A expansão da digitalização também produz impactos materiais significativos, incluindo aumento da demanda energética, uso de água, extração de minerais e crescimento dos resíduos eletrônicos (UNCTAD, 2024). O futuro da inteligência artificial será determinado não apenas pela capacidade técnica dos sistemas, mas também pelas estruturas de propriedade e poder que controlam sua utilização.

É possível perceber, a partir dos elementos analisados, uma tensão recorrente do capitalismo contemporâneo. O sistema possui grande capacidade de transformar recursos em capital, automatizar tarefas, reduzir custos, ampliar mercados e aumentar a produtividade (MARX, 1983; HARVEY, 2014). Entretanto, essa capacidade possui contradições. Se os ganhos

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

de produtividade permanecerem concentrados, o aumento da capacidade produtiva não produzirá necessariamente aumento correspondente do bem-estar social.

O mesmo ocorre com a natureza. O capital pode encontrar novos recursos e territórios, mas existem limites materiais. Pode criar formas de trabalho, mas a reprodução humana possui limites. Pode expandir o crédito, mas a capacidade de pagamento das famílias também possui limites. Pode produzir novas formas de informação, mas a atenção humana possui limites. O problema do capitalismo contemporâneo pode ser formulado, portanto, como uma tensão entre a tendência à expansão do capital e o caráter limitado das condições materiais e sociais dessa expansão (MÉSZÁROS, 2002; MOORE, 2015).

Isso não significa afirmar que o capitalismo esteja automaticamente destinado a desaparecer. Sistemas sociais podem sobreviver durante longos períodos administrando suas contradições e deslocando seus custos. A crise pode ser deslocada para o meio ambiente, para o endividamento, para a precarização, para a periferia do sistema, para o trabalho doméstico ou para as gerações futuras (HARVEY, 2014; FRASER, 2022). Essa capacidade de deslocamento ajuda a explicar como o capitalismo pode continuar existindo mesmo diante de crises profundas e recorrentes. É possível responder com maior precisão à questão sobre a atualidade de Marx. Sua relevância não decorre da ideia de que o capitalismo contemporâneo seria idêntico ao capitalismo do século XIX, mas justamente da possibilidade de analisar como o capitalismo mudou sem deixar de ser uma relação social organizada pela acumulação (MARX, 1983).

As formas se transformaram, a tecnologia avançou, a composição da classe trabalhadora mudou, o Estado assumiu novas funções e o mercado mundial tornou-se ainda mais integrado. Entretanto, continuam presentes questões relativas à propriedade, ao trabalho, à acumulação, à concentração e à distribuição da riqueza. Ao mesmo tempo, uma leitura contemporânea de Marx precisa reconhecer seus limites e dialogar com problemas que adquiriram centralidade posteriormente. A crise ecológica exige aprofundamentos específicos, a reprodução social requer diálogo com o feminismo, a dependência exige atenção à experiência histórica da periferia e a tecnologia digital coloca questões inexistentes em seu tempo (FRASER, 2022; MARINI, 2017; MOORE, 2015).

Isso não reduz a importância de Marx. Um pensamento crítico não precisa permanecer idêntico para continuar relevante; precisa ser capaz de dialogar com novos problemas sem abandonar a análise das relações estruturais. A tradição marxista mais produtiva, nesse sentido, é aquela que consegue combinar continuidade e transformação. Marx oferece categorias fundamentais, mas sua utilização contemporânea exige mediações históricas, empíricas e teóricas. Se a crise contemporânea possui dimensões estruturais, a discussão sobre alternativas

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

também precisa considerar estruturas. Isso não significa defender um modelo único de organização econômica, mas reconhecer diferentes propostas envolvendo cooperativas, empresas públicas, propriedade social, economia solidária, democratização empresarial, redução da jornada, serviços públicos universais e regulação das plataformas.

Essas propostas possuem fundamentos diferentes e não devem ser tratadas como equivalentes. Entretanto, existe uma questão comum que atravessa boa parte dessas experiências: quem decide sobre a produção e quem se apropria de seus resultados? Essa pergunta é mais profunda do que perguntar apenas quanto uma pessoa recebe. Ela envolve propriedade, poder, tempo, tecnologia, democracia econômica e capacidade de decisão sobre as prioridades da sociedade (MÉSZÁROS, 2002). Uma sociedade poderia, por exemplo, utilizar ganhos de produtividade para reduzir a jornada de trabalho, enquanto outra poderia utilizá-los prioritariamente para ampliar a produção e aumentar a rentabilidade empresarial. A tecnologia poderia ser semelhante, mas os resultados sociais seriam diferentes.

Isso demonstra que a tecnologia não determina sozinha o futuro. Ela é incorporada a relações sociais específicas e pode ser utilizada segundo diferentes formas de propriedade e organização. Isso vale para a inteligência artificial. Ela pode ser utilizada para intensificar o trabalho e concentrar renda, mas também pode contribuir para reduzir tarefas penosas, ampliar o acesso ao conhecimento e liberar tempo para atividades socialmente relevantes. A diferença não está apenas no algoritmo, mas nas relações sociais que determinam quem possui, controla e utiliza a tecnologia. Por isso, pensar alternativas significa também discutir para que finalidade a inovação tecnológica deve ser direcionada.

2. METODOLOGIA

A pesquisa possui natureza qualitativa, exploratória, teórica e bibliográfica. Seu objeto não é a mensuração estatística de determinado fenômeno isolado, mas a interpretação das relações sociais e econômicas que estruturam o capitalismo contemporâneo (GIL, 2008). A pesquisa bibliográfica constitui o procedimento fundamental, uma vez que o argumento é construído a partir do confronto entre obras de Marx, autores da tradição marxista e estudos contemporâneos sobre trabalho, ecologia, dependência, reprodução social e economia digital.

O corpus teórico principal é formado por *O Capital*, *Teorias da mais-valia* e *Capitalismo e colonização*. A essas obras são incorporadas contribuições de David Harvey, Ruy Mauro Marini, István Mészáros, Nancy Fraser, Silvia Federici e Jason W. Moore, cujas interpretações permitem ampliar o debate sobre as contradições do capitalismo. Não se pretende construir uma

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

suposta unidade teórica entre esses autores. Existem diferenças significativas entre suas interpretações e objetos de análise, sendo justamente essas diferenças importantes para uma investigação mais ampla sobre o capitalismo contemporâneo.

O procedimento adotado é de reconstrução conceitual e articulação crítica. Primeiro, são identificadas categorias fundamentais da crítica marxiana, como mercadoria, valor, força de trabalho, mais-valia, acumulação, concentração, centralização e mercado mundial; posteriormente, essas categorias são relacionadas a problemas contemporâneos (MARX, 1983; MARX, 1980). A metodologia parte de uma perspectiva histórico-materialista, compreendendo as formas econômicas não como fenômenos naturais, mas como relações historicamente constituídas. Se o capitalismo for considerado uma forma histórica de organização social, torna-se possível investigar suas condições de emergência, suas transformações, suas contradições e seus limites (MARX, 1983).

A pesquisa também utiliza dados e relatórios de organismos internacionais para contextualizar os fenômenos discutidos. Esses dados não são tratados como prova direta da teoria marxiana, mas como elementos empíricos capazes de dimensionar problemas sociais, econômicos, ambientais e tecnológicos analisados teoricamente. Assim, o método articula três níveis fundamentais: reconstrução teórica, interpretação histórica e contextualização empírica. Essa combinação permite evitar tanto uma leitura puramente abstrata de Marx quanto uma descrição empírica que não consiga relacionar os fenômenos às estruturas sociais mais amplas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permite identificar que as contradições do capitalismo contemporâneo não representam rupturas absolutas com a dinâmica descrita por Karl Marx, mas transformações históricas das formas pelas quais a valorização do capital se realiza. A mercadoria, o trabalho assalariado, a produção de mais-valia, a concentração e a centralização do capital permanecem categorias fundamentais para compreender a estrutura do sistema, embora assumam configurações distintas diante das transformações tecnológicas, financeiras, ecológicas e geopolíticas. Nesse sentido, os resultados da análise indicam que a atualidade da crítica marxiana está menos na reprodução literal de suas categorias e mais na capacidade de reconstruir, a partir delas, as relações sociais que sustentam formas historicamente renovadas de acumulação (MARX, 1983; HARVEY, 2014).

Um primeiro resultado refere-se à permanência da centralidade do trabalho na produção e reprodução do capital. As transformações tecnológicas e organizacionais das últimas décadas

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

modificaram profundamente os processos produtivos, ampliando a automação, a terceirização, a informalidade e o trabalho mediado por plataformas digitais. Entretanto, essas transformações não eliminaram a necessidade do trabalho humano. Ao contrário, produziram novas formas de organização, controle e apropriação do trabalho, nas quais atividades anteriormente pouco visíveis passaram a ser incorporadas aos circuitos de valorização. A expansão do trabalho por aplicativos, da gestão algorítmica e das cadeias globais de produção demonstra que a inovação tecnológica pode coexistir com novas formas de dependência e precarização laboral (MARX, 1983; OIT, 2025).

Esse resultado permite problematizar interpretações segundo as quais a digitalização produziria uma ruptura completa com o capitalismo industrial. As plataformas digitais introduzem formas específicas de intermediação, coleta de dados, monitoramento e coordenação da atividade econômica, mas continuam articuladas à necessidade de apropriação de valor e à busca permanente por redução de custos. O algoritmo, nesse contexto, não substitui a relação social capitalista; ele constitui uma nova tecnologia de organização dessa relação. A aparente autonomia proporcionada pelas plataformas pode coexistir com mecanismos intensivos de controle sobre tempo, desempenho, remuneração e disponibilidade dos trabalhadores, revelando uma combinação entre flexibilidade formal e subordinação material.

Um segundo resultado diz respeito à concentração e à centralização do capital. A expansão das plataformas digitais evidencia que a inovação tecnológica não necessariamente conduz à descentralização econômica. Ao contrário, determinadas estruturas digitais favorecem efeitos de escala, acumulação de dados, controle de infraestruturas e formação de posições dominantes. O poder econômico passa a depender não apenas da propriedade de fábricas, máquinas e recursos financeiros, mas também do controle de redes, sistemas operacionais, dados, infraestrutura computacional e mecanismos de intermediação. Dessa forma, as plataformas podem ser compreendidas como formas contemporâneas de organização capitalista nas quais tecnologia, propriedade e poder econômico se articulam de maneira particularmente concentrada.

A análise também evidencia que a digitalização possui uma dimensão material frequentemente ocultada pela aparência imaterial das atividades realizadas em ambientes digitais. Centros de processamento de dados, dispositivos eletrônicos, redes de comunicação e sistemas de inteligência artificial dependem de energia, água, minerais, infraestrutura industrial e cadeias globais de fornecimento. A economia digital, portanto, não constitui uma esfera separada da natureza, mas uma modalidade de organização econômica que continua dependente de fluxos materiais e energéticos. O *Digital Economy Report 2024* destaca

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

precisamente a intensidade material e ambiental associada à expansão das tecnologias digitais, indicando que a transformação digital deve ser analisada também a partir de suas implicações ecológicas (UNCTAD, 2024).

Esse resultado aproxima a crítica da economia política das contribuições da ecologia marxista e da perspectiva de Jason W. Moore. A crise ecológica não pode ser compreendida apenas como consequência de comportamentos individuais ou de escolhas tecnológicas inadequadas, pois está relacionada às formas sociais de organização da produção, da circulação e do consumo. A busca pela valorização do capital tende a pressionar pela ampliação permanente da produção e pela mobilização crescente de recursos naturais. Nesse sentido, a natureza aparece simultaneamente como condição da acumulação e como dimensão submetida às pressões produzidas pela própria dinâmica do capital (MOORE, 2015).

Os resultados relativos à questão ecológica também encontram respaldo no diagnóstico científico contemporâneo sobre as mudanças climáticas. O relatório de síntese do IPCC demonstra que as alterações climáticas atuais estão associadas às emissões antropogênicas de gases de efeito estufa e que seus impactos atingem sistemas naturais e sociais de maneira diferenciada. A partir da perspectiva desenvolvida neste artigo, esse diagnóstico pode ser relacionado à discussão sobre os limites materiais da reprodução social e às formas historicamente específicas de organização econômica. A crise climática, portanto, não deve ser tratada como uma dimensão externa à economia, mas como parte das contradições produzidas pela relação entre sociedade, produção e natureza (IPCC, 2023).

Um terceiro resultado refere-se à dimensão espacial da acumulação. A análise das contribuições de Ruy Mauro Marini permite compreender que o desenvolvimento capitalista ocorre de maneira desigual e articulada, produzindo relações diferenciadas entre regiões, países e grupos sociais. A dependência não constitui simplesmente uma ausência de desenvolvimento, mas uma forma histórica de inserção subordinada na economia mundial. A transferência de valor, a especialização produtiva e a desigualdade nas relações internacionais ajudam a explicar por que os custos sociais e ambientais da acumulação não são distribuídos de maneira uniforme (MARINI, 2017).

Essa dimensão espacial também pode ser relacionada aos escritos de Marx sobre colonização e expansão do mercado mundial. A formação e a expansão do capitalismo envolveram processos de apropriação territorial, reorganização das relações de trabalho e incorporação de diferentes regiões aos circuitos de valorização. A análise contemporânea da globalização mostra que essas relações não desapareceram com o fim formal de determinadas formas coloniais, mas assumiram configurações institucionais, econômicas e financeiras

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

diferenciadas. Dessa perspectiva, colonialismo histórico, dependência e novas formas de integração econômica devem ser analisados sem serem reduzidos a fenômenos idênticos.

Um quarto resultado diz respeito à reprodução social. A análise demonstra que a produção capitalista depende de atividades que não são integralmente reconhecidas como trabalho produtivo no sentido restrito da valorização mercantil. Cuidados, reprodução da força de trabalho, trabalho doméstico e atividades comunitárias constituem condições fundamentais para a continuidade da vida social e, consequentemente, para a própria reprodução do trabalho assalariado. As contribuições de Silvia Federici e Nancy Fraser permitem ampliar a crítica da economia política ao evidenciar que a acumulação depende de estruturas sociais que frequentemente permanecem parcialmente invisibilizadas ou são transferidas para famílias, comunidades e instituições públicas (FEDERICI, 2017; FRASER, 2022).

A articulação entre produção e reprodução social revela uma contradição adicional do capitalismo contemporâneo. Ao mesmo tempo que o sistema necessita de trabalhadores capazes de reproduzir cotidianamente sua força de trabalho, tende a pressionar pela redução dos custos associados aos cuidados, à saúde, à educação e à proteção social. Essa tensão pode ser observada em diferentes formas de precarização do trabalho e de transferência de responsabilidades para as famílias. A reprodução social, portanto, não constitui uma dimensão secundária da economia, mas uma condição estrutural para a continuidade da produção e da acumulação.

Outro resultado importante diz respeito à relação entre crise econômica, financeirização e expansão das formas fictícias de valorização. A predominância crescente de operações financeiras não elimina a importância da produção material, mas estabelece novas formas de articulação entre capital produtivo, capital financeiro e expectativas futuras de valorização. A financeirização pode intensificar a pressão por rentabilidade, alterar estratégias empresariais e ampliar a distância entre os movimentos dos mercados financeiros e as condições concretas de reprodução social. A partir da perspectiva de Marx, essa dinâmica pode ser analisada sem considerar o capital financeiro como uma esfera completamente autônoma em relação à produção, mas como parte das formas complexas assumidas pelo capital em seu processo de reprodução (MARX, 1983; HARVEY, 2014).

A análise da guerra e da militarização acrescenta outra dimensão às contradições contemporâneas. O crescimento dos gastos militares em escala mundial demonstra que os Estados continuam destinando recursos significativos à capacidade militar e à segurança estratégica. Segundo o Stockholm International Peace Research Institute, os gastos militares mundiais alcançaram aproximadamente US$ 2,887 trilhões em 2025, registrando o décimo

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

primeiro ano consecutivo de crescimento (SIPRI, 2026). Esse dado não permite, por si só, estabelecer uma relação causal simples entre militarização e acumulação capitalista, mas reforça a necessidade de analisar a relação entre poder estatal, indústria, tecnologia, geopolítica e economia mundial.

Nesse contexto, a guerra não deve ser compreendida exclusivamente como fenômeno militar. Ela também envolve infraestrutura, energia, tecnologia, circulação de mercadorias, financiamento público e privado e reorganização de cadeias produtivas. A partir de uma leitura ampliada da crítica marxiana, pode-se investigar como conflitos e disputas geopolíticas interferem nos circuitos de investimento, comércio e produção. A contribuição de Harvey é particularmente relevante nesse ponto, ao relacionar as contradições da acumulação às dimensões espaciais e geopolíticas da expansão capitalista (HARVEY, 2014).

A articulação desses resultados permite identificar uma característica comum às diferentes dimensões analisadas: a tendência de expansão do capital encontra limites e contradições precisamente nas condições que tornam sua reprodução possível. O trabalho constitui a fonte social da produção de valor, mas sua precarização pode comprometer as condições de reprodução da força de trabalho. A natureza fornece condições materiais indispensáveis à produção, mas a exploração intensiva dos recursos pode gerar desequilíbrios ecológicos. A tecnologia amplia a produtividade e cria formas de coordenação econômica, mas também pode intensificar a concentração do poder. A expansão dos mercados amplia as possibilidades de acumulação, mas reproduz desigualdades territoriais e sociais.

Essa relação entre expansão e limite aproxima a análise das formulações de István Mészáros sobre os limites estruturais do sistema do capital. Para Mészáros (2002), a questão não se reduz à existência de crises periódicas, mas envolve a forma pela qual o capital organiza as relações sociais e estabelece prioridades para a produção. A contribuição dessa perspectiva para os resultados apresentados está em deslocar a discussão da simples correção de determinados efeitos negativos para a análise das estruturas que produzem continuamente tais contradições. A crise, nessa interpretação, não é apenas um momento excepcional, mas pode expressar tensões persistentes do próprio processo de reprodução do sistema.

Os resultados também indicam, entretanto, que não se deve estabelecer uma continuidade automática entre o capitalismo descrito por Marx no século XIX e as formas atuais de acumulação. As plataformas digitais, a inteligência artificial, a financeirização, as cadeias globais de valor e a centralidade dos dados constituem fenômenos historicamente específicos que exigem categorias complementares e atualização teórica. A força explicativa da crítica

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

marxiana depende, portanto, de sua utilização como método de análise das relações sociais, e não como conjunto fechado de respostas previamente determinadas.

Nesse sentido, o diálogo entre Marx e os autores contemporâneos analisados demonstra que a crítica do capital pode ser ampliada sem perder seu núcleo analítico. Harvey contribui para a compreensão das contradições espaciais e geopolíticas; Marini, para a análise da dependência e do desenvolvimento desigual; Mészáros, para a discussão dos limites estruturais do sistema; Federici e Fraser, para a incorporação da reprodução social e das relações de cuidado; Moore, para a compreensão da natureza como dimensão constitutiva da acumulação. A articulação dessas perspectivas permite construir uma interpretação multidimensional das contradições do capitalismo contemporâneo.

Por fim, os resultados sugerem que a discussão sobre alternativas não pode ser reduzida à distribuição dos resultados econômicos produzidos pelo sistema. Se os problemas analisados estão relacionados à finalidade da produção, à propriedade dos meios de produção, ao controle tecnológico, à organização do trabalho e à relação entre sociedade e natureza, então qualquer transformação estrutural precisa considerar essas dimensões conjuntamente. A questão fundamental passa a ser não apenas quem recebe os resultados da produção, mas quem decide o que produzir, como produzir, para quais necessidades e dentro de quais limites sociais e ecológicos.

Assim, a principal contribuição deste estudo consiste em demonstrar que as diferentes crises contemporâneas — econômica, social, ecológica, tecnológica e geopolítica — podem ser analisadas de maneira articulada a partir da crítica da economia política, desde que se reconheçam tanto a permanência das relações fundamentais do capital quanto as transformações históricas pelas quais elas se expressam. A atualidade de Marx reside, portanto, na possibilidade de compreender as formas contemporâneas de dominação, exploração e acumulação sem ignorar as especificidades históricas do presente.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permite sustentar que a atualidade de Karl Marx não deve ser procurada na repetição literal de suas categorias, mas na capacidade de sua crítica da economia política de revelar relações sociais que permanecem decisivas sob formas historicamente transformadas (MARX, 1983). O capitalismo do século XXI é diferente daquele observado por Marx, mas essa diferença não significa uma ruptura absoluta com suas categorias fundamentais. A mercadoria continua estruturando grande parte da vida econômica, o trabalho

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

permanece essencial à produção de riqueza, a propriedade continua determinando formas de poder e a acumulação continua orientando importantes decisões econômicas.

O que mudou foram as formas pelas quais essas relações se manifestam. A fábrica foi complementada pela plataforma, a máquina foi acompanhada pelo algoritmo, o capital industrial articulou-se ao capital financeiro e tecnológico e o mercado nacional passou a integrar cadeias globais cada vez mais complexas (HARVEY, 2014). A exploração do trabalho também passou a ocorrer em ambientes digitais, enquanto a propriedade econômica passou a incluir dados, softwares, patentes, infraestruturas informacionais e sistemas tecnológicos. Dessa forma, antigas categorias aparecem sob novas formas, exigindo investigação histórica e conceitual (ANTUNES, 2018).

Por outro lado, a crise contemporânea revelou dimensões que exigem ampliar a crítica marxiana. A crise climática demonstra que a reprodução do capital depende de condições ecológicas que não podem ser subordinadas indefinidamente à valorização; a reprodução social evidencia a importância de trabalhos de cuidado frequentemente invisibilizados (MOORE, 2015; FEDERICI, 2017; FRASER, 2022). A questão colonial e a dependência demonstram que o capitalismo mundial é constituído por posições desiguais. As plataformas digitais mostram que a concentração do capital pode assumir formas menos visíveis, incorporando dados, algoritmos e infraestruturas. As guerras revelam, por sua vez, que relações econômicas estão profundamente articuladas às relações de poder político e internacional (MARINI, 2017; MÉSZÁROS, 2002).

Dessa perspectiva, o problema fundamental do capitalismo contemporâneo não deve ser reduzido à existência de crises isoladas. É possível interpretá-las como expressões relacionadas de uma dificuldade mais ampla: a tendência de subordinar diferentes dimensões da vida social à necessidade de expansão da valorização do capital (MÉSZÁROS, 2002; FRASER, 2022).

O trabalho precisa ser produtivo, os recursos naturais precisam gerar valor, os dados precisam ser monetizados, o tempo precisa ser economicamente aproveitado e a tecnologia precisa produzir retorno. Até mesmo atividades relacionadas ao cuidado podem ser transformadas em serviços comercializáveis. O problema aparece quando aquilo que possui valor para a vida não coincide com aquilo que possui valor para o capital. Uma floresta pode possuir enorme importância ecológica e, simultaneamente, apresentar baixo valor de mercado enquanto permanece preservada; uma pessoa pode realizar trabalho essencial à reprodução social sem receber remuneração por ele (MOORE, 2015; FEDERICI, 2017).

Uma tecnologia pode reduzir drasticamente o tempo necessário para determinada atividade e, ainda assim, ser utilizada para aumentar a intensidade do trabalho. Uma sociedade pode possuir capacidade suficiente para satisfazer necessidades básicas e, simultaneamente,

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

manter parcelas da população excluídas do acesso a essas condições. Essas contradições demonstram que riqueza social e riqueza capitalista não são sinônimos. É nesse ponto que a crítica de Marx permanece particularmente relevante, pois permite perguntar não apenas quanto uma sociedade produz, mas por que produz, para quem produz, quem controla a produção e quem se apropria de seus resultados (MARX, 1983).

Pensar alternativas exige levar essas perguntas às suas últimas consequências. Não se trata de imaginar uma sociedade sem conflitos ou de acreditar que exista uma solução técnica para problemas essencialmente sociais, mas de reconhecer que as formas econômicas são historicamente construídas e, portanto, podem ser historicamente transformadas. A questão do século XXI não é simplesmente como aumentar a produtividade. É como transformar a enorme capacidade produtiva e tecnológica construída pela humanidade em condições concretas de reprodução digna da vida. Isso implica discutir a propriedade dos meios de produção, o controle social da tecnologia, a organização do trabalho, a distribuição da riqueza, a reprodução social, a soberania dos territórios e os limites ecológicos (MÉSZÁROS, 2002; FRASER, 2022). Nesse sentido, a leitura de Marx permanece atual não porque ofereça um projeto pronto para o futuro, mas porque permite formular uma pergunta fundamental: se somos capazes de produzir tanta riqueza, por que ainda organizamos a sociedade de maneira que a riqueza social permaneça tão desigualmente apropriada e que sua própria produção ameace condições ecológicas e sociais da vida?

Talvez seja nessa pergunta, mais do que em qualquer resposta pronta, que permaneça a força crítica da obra de Marx. Sua atualidade não está em fornecer respostas acabadas para todos os problemas do presente, mas em contribuir para compreender as relações de poder, propriedade e produção que estruturam a sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão*: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa*: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FRASER, Nancy. *Cannibal Capitalism*: How Our System Is Devouring Democracy, Care, and the Planet — and What We Can Do About It. London: Verso, 2022.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

HARVEY, David. *Seventeen Contradictions and the End of Capitalism*. London: Profile Books, 2014.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

MARX, Karl. *Capitalismo e colonização*: extratos e notas: Londres, 1851. Florianópolis: Editora da UFSC, 2025.

MARX, Karl. *O Capital*: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl. *Teorias da mais-valia*: história crítica do pensamento econômico. São Paulo: Difel, 1980.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOORE, Jason W. *Capitalism in the Web of Life*: Ecology and the Accumulation of Capital. London: Verso, 2015.

OIT — ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *World Employment and Social Outlook*: Trends 2025. Geneva: International Labour Office, 2025.

SIPRI — STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. *Trends in World Military Expenditure, 2025*. Stockholm: SIPRI, 2026.

UNCTAD — UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. *Digital Economy Report 2024*: Shaping an environmentally sustainable and inclusive digital future. Geneva: United Nations, 2024.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.